

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO CSRRF-RJ Nº 1, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021

Especifica as violações às vedações previstas nos incisos do artigo 8º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

O CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CSRRF-RJ), no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 28 do Decreto Federal nº 10.681, de abril de 2021, resolve:

Instituir o que segue:

Art. 1º As vedações previstas nos incisos do artigo 8º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, estarão caracterizadas com a realização, pelo estado do Rio de Janeiro, dos atos abaixo relacionados:

Inciso Violado	Ato característico da violação
I	Publicação de ato normativo específico
II	Publicação de ato normativo específico
III	Publicação de ato normativo específico
IV	Publicação de ato de nomeação de novos servidores ou ato equivalente
V	Publicação de ato de homologação de concurso público ou ato equivalente
VI	Publicação de ato normativo específico
VII	Publicação de ato normativo específico
VIII	Publicação de ato normativo específico
IX	Publicação de ato normativo específico
X	Realização de empenho tendo como objeto a realização de despesa com publicidade e propaganda ou a publicação de extrato ou termo completo do contrato de publicidade e propaganda realizado
XI	Publicação de extrato ou termo completo do instrumento contratual
XII	Publicação de extrato, termo completo do instrumento contratual ou ato de gestão que se configurem operação de crédito equiparada
XIII	Publicação de ato normativo específico
XIV	Publicação de ato normativo específico
XV	Propositura de ação judicial para discutir a dívida ou o contrato
XVI	Publicação de ato normativo específico

Parágrafo único. Entende-se por ato normativo específico o ato capaz de criar ou modificar direitos por si só.

Art. 2º A pedido do Estado do Rio de Janeiro, poderão ser revistos pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro os processos instaurados anteriormente à publicação desta Resolução, devidamente indicados, desde que ainda não tenham configurado quaisquer dos atos aqui caracterizados.

Art. 3º O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro suprirá lacunas pela maioria simples de seus membros.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SARAH TARSILA ARAÚJO ANDREOZZI
Conselheira

PAULO ROBERTO PINHEIRO DIAS PEREIRA
Conselheiro

STEPHANIE GUIMARÃES DA SILVA
Conselheira

**EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2021**

Aos 19 dias do mês de novembro do ano de 2021, às 09 horas e 33 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Economia, sob a Presidência da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, registrando a presença do Conselheiros Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira e Stephanie Guimarães da Silva e das Assessoras Sheila Lelia Medeiros e Cecília Helena Góia.

A Presidente do Conselho, Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, deu início a reunião apresentando a pauta de deliberação sobre os processos: 19953.100568/2021-21, 19953.100644/2021-07, 19953.100661/2021-36, 19953.100665/2021-14.

SOBRE SISRRF:

SISRRF: Atualização da situação do Sistema pela Conselheira Stephanie Guimarães da Silva e apresentação de proposta de cronograma de reuniões com os cadastradores do estado do Rio de Janeiro.

Conclusão: o conselho enviará ofício alertando a necessidade do envio das informações.

DELIBERAÇÃO DE PROPOSTA APRESENTADA PELO CONSELHEIRO PAULO ROBERTO PINHEIRO DIAS PEREIRA

Deliberação de proposta apresentada pelo Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira para Resolução do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal regulamentando marcos temporais das vedações dispostas no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017.

Conclusão: Resolução nº 01 do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro, de 19.11.2021 aprovada por unanimidade.

1) Processo: 19953.100568/2021-21 O Processo 19953.100568/2021-21 refere-se ao Programa Supera Rio que estipula auxílio renda mínima decorrente da Lei estadual nº 9.191, de 2021. O CSRRF-RJ encaminhou Ofício SEI nº 266083/2021/ME, de 6/10/2021 solicitando informações complementares ao estado do Rio de Janeiro. Em resposta, o estado do Rio de Janeiro enviou o Ofício SEFAZ/COMISARRF SEI nº 66, de 8/11/2021, que colecionou aos autos o Despacho de Encaminhamento de Processo SEPLAG/SUBPLO (SEI nº 23332976) e o Despacho de Encaminhamento de Processo SEDSODH/SUPERARJ (SEI nº 23357231), os quais foram gravados nos autos como os documentos SEI nº 20061047 e SEI nº 20061080. Com base nas informações recebidas, voto pelo sobrestamento do processo até 2023, quando o CSRRF-RJ, poderá orientar o estado do Rio de Janeiro a suspender a aplicação da Lei nº 9.191, com a redação dada pela Lei nº 9.358, ambas de 2021, de modo a evitar a violação do art. 8 da LC nº 159, de 2021, ou até que o próprio estado do Rio de Janeiro declare o encerramento do período de pandemia da COVID-19.

Conclusão: Por maioria simples, o Conselho decide sobrestar o processo até 2023 ou até que o próprio estado do Rio de Janeiro declare o encerramento do período de pandemia da COVID-19.

2) Processo: 19953.100644/2021-07

O processo trata de edital de concurso público para o preenchimento de 32 vagas para o 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO) do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho vota no sentido que o processo seja concluído por não violação ao Regime de Recuperação Fiscal.

3) Processo: 19953.100661/2021-36 Assunto: O processo trata do edital de convocação de servidores para o provimento de 40 vagas e formação de cadastro de reserva em cargos da carreira de analista de controle externo do Tribunal de Contas do

Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). Diante do indício de violação ao art. 8º da LC nº 159, de 2017, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro (CSRRF-RJ) expediu o Ofício SEI nº 249072/2021/ME, de 20/9/2021, mediante o qual solicitou que TCE-RJ informasse, em um prazo de 30 dias, nos termos do inciso IV do art. 7º da LC retro citada.

Conclusão: Por maioria simples, o Conselho entende pela representação às autoridades.

4) Processo: 19953.100665/2021-14

Assunto: O processo trata de publicação do Edital do XIII Concurso Público para o Provimento de Cargos Vagos na Classe Inicial da Carreira de Delegado de Polícia - 3º Classe do Quadro Permanente da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o inciso V do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017 é vedado ao estado a realização de concurso público, ressalvada a hipótese de reposição prevista na alínea 'c' do inciso IV. Ocorre que, de acordo com a Resolução nº 01 do CSRRF-RJ aprovada na reunião ordinária do Conselho de 19.11.2021, o ato necessário para a configuração da violação é a homologação do concurso.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho se manifesta pela conclusão do processo por não violação.

Deliberações Extrapauta:

A presidente colocou a questão de como o conselho irá avaliar a inadimplência de prazos, e solicitou aos conselheiros apoio nas orientações as atribuições da nova assessora do conselho que está iniciando os trabalhos neste período.

Finalizadas as considerações, a presidente do conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi encerrou a reunião às 10:52h.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

RESOLUÇÃO COAF Nº 40, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados, em relação a pessoas expostas politicamente, por aqueles que se sujeitam à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 9º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019, mantido em sua vigência, no que compatível com a Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, na forma do art. 9º da Lei nº 13.901, de 11 de novembro de 2019, torna público que o Plenário do Conselho, em sessão realizada em 7 de outubro de 2021, com fundamento no art. 8º, incisos I, II e IV, do referido Estatuto, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, resolveu:

Art. 1º As pessoas que se sujeitam à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf na forma dos arts. 9º e 14, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, devem adotar as providências previstas nesta Resolução para o acompanhamento de operações ou propostas de operação que envolvam pessoas expostas politicamente.

§ 1º Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se pessoas expostas politicamente:

I - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, de:

a) Ministro de Estado ou equiparado;

b) Natureza Especial ou equivalente;

c) Presidente, Vice-Presidente e Diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e

d) Direção e Assessoramento Superior - DAS de nível 6 ou equivalente;

III - os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;

IV - os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

V - os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

VI - os Presidentes e Tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

VII - os Governadores e Secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os Presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os Presidentes de Tribunais de Justiça, Militares, de Contas ou equivalentes de Estado e do Distrito Federal;

VIII - os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais, os Presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas de Municípios ou equivalentes.

§ 2º Para fins do disposto nesta Resolução, também são consideradas pessoas expostas politicamente aquelas que, no exterior, sejam:

I - chefes de estado ou de governo;

II - políticos de escalões superiores;

III - ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;

IV - oficiais gerais e membros de escalões superiores do poder judiciário;

V - executivos de escalões superiores de empresas públicas;

VI - dirigentes de partidos políticos.

§ 3º Para fins do disposto nesta Resolução, também são consideradas pessoas expostas politicamente os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

§ 4º Para identificação de pessoas expostas politicamente que se enquadrem no §1º deste artigo ou para confirmação do seu enquadramento em hipótese contemplada em tal dispositivo, devem ser consultadas bases de dados oficiais disponibilizadas pelo Poder Público, a exemplo da relação de pessoas expostas politicamente mantida pela Controladoria-Geral da União - CGU no Portal da Transparência, disponibilizada também pelo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - Siscoaf.

§ 5º Para fins de identificação de pessoas expostas politicamente que se enquadrem nos §§ 2º e 3º deste artigo ou para confirmação do seu enquadramento em hipótese contemplada em tais dispositivos, deve-se recorrer a fontes abertas e a bases de dados públicas e privadas.

§ 6º A condição de pessoa exposta politicamente perdura por cinco anos contados da data em que a pessoa deixou de figurar em posição contemplada no § 1º, no § 2º ou no § 3º deste artigo.

Art. 2º As pessoas reguladas pelo Coaf devem dedicar especial atenção às operações ou propostas de operações envolvendo pessoa exposta politicamente, bem como com seus familiares, estreitos colaboradores e ou pessoas jurídicas de que participem, observando, nos casos de maior risco, pelo menos os seguintes procedimentos:

I - obter a autorização prévia do sócio administrador para o estabelecimento de relação de negócios ou para o prosseguimento de relações já existentes;

II - adotar devidas diligências para estabelecer a origem dos recursos;

III - conduzir monitoramento reforçado e contínuo da relação de negócio.

§ 1º Para fins do disposto no caput são considerados familiares os parentes, na linha direta, até o segundo grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada.

§ 2º Para fins do disposto no caput são considerados estreitos colaboradores:

